

Cremerj processará 19

■ Provas do TCE apressam punição de Astor de Mello e diretores de hospitais

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) determinou ontem a abertura de processo ético-profissional contra 19 dos 21 médicos envolvidos nas compras irregulares da Secretaria Estadual de Saúde na gestão de Astor Mello, no ano passado. De acordo com o presidente do Cremerj, Mauro Brandão Carneiro, "as evidências contundentes do relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) eliminaram a necessidade de uma sindicância preliminar". Os médicos poderão sofrer de advertência à cassação profissional.



Das 73 pessoas citadas no relatório do TCE como envolvidas nas irregularidades, 21 eram médicos que dirigiram hospitais estaduais na administração de Astor de Mello. Dois deles — Aníbal Ferreira da Cunha (diretor-geral do Hospital Estadual Santa Maria) e Sebastião Rodrigues da Cunha (diretor-geral do Hospital Tavares Macedo) — já morreram. Os demais envolvidos responderão por violação dos artigos 4º, 38º e 55º do Código de Ética Médica, que proíbe a cumplicidade com atos ilícitos, corrupção e favorecimento de crimes. O processo deve durar um ano. Neste período, os médicos poderão trabalhar livremente.

Superfaturamento — Os médicos processados por compras superfaturadas são: Eugênio Luiz Carpenter Miller (diretor-geral do Hospital Getúlio Vargas), João Elias Antônio (diretor-geral do Hospital Getúlio Vargas), Antônio Carlos Miguez (diretor-geral do Hospital Estadual Azevedo Lima), Aníbal Siqueira de Carvalho (diretor-geral do Hospital Rocha Faria) e Francisco Valente (diretor-geral do Hospital Estadual Santa Maria).

Por falta de comprovação do repasse de verbas do Fundo Estadual de Saúde foram também in-

diciados Oswaldo Roberto Guimarães (diretor-geral do Azevedo Lima), Emílio Paulo de Lima Barbosa (diretor-geral do Hospital Estadual Vargem Alegre), Ernesto Kobeiler Chavez (diretor-geral do Instituto Aluísio de Castro), Osmar Natale Malvezzi (diretor-geral do Hospital Estadual Teixeira Brandão), Nelson de Carvalho (diretor-geral do Hospital Estadual Anchieta), Elias Morgado Miguel (diretor-geral do Hospital Carlos Chagas) e Miguel Madeira da Conceição (diretor-geral do Hospital Carlos Chagas).

Por terem atestado o recebimento fictício de material estão sendo processados: Rubens Galhardi (diretor-geral do Rocha Faria) e Zamir Nicolau Jorge (diretor-geral dos hospitais Rocha Faria e Pedro II). Pelo mesmo delito e ainda por realização de compras superfaturadas estão indiciados: Domingos Q. de Paola (diretor-geral do Instituto de Dermatologia Sanitária) e Carlos Vieira de Carvalho Sobrinho (diretor-geral do Hospital Albert Schweitzer).

Os demais são Miguel João Aide (diretor-geral do Instituto de Infectologia São Sebastião), que atestou o recebimento fictício de material, fez compras superfaturadas e autorizou o pagamento irregular de notas fiscais; Jorge de Oliveira Henrique (diretor-geral do Hospital Estadual Ary Parreiras), que autorizou e fez pagamentos indevidos; e ainda Astor de Mello (ex-secretário de Saúde), que ratificou todas as despesas.

□ A Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa decidiu ontem convocar o ex-secretário estadual de Saúde Astor de Mello para prestar depoimento sobre as fraudes em sua gestão, apontadas em relatório do Tribunal de Contas do Estado. O depoimento será às 10h do próximo dia 9. Segundo a deputada Lúcia Souto (PPS), presidente da comissão, Astor de Mello "tem que esclarecer vários fatos apontados no documento".

médicos por fraudes